



Na fase preparatória da SEMANA DA IGUALDADE (8 a 12 de Março), em todo o país, a **COMISSÃO PARA A IGUALDADE da CGTP-IN** divulga:

ESTUDO 6

Emprego, precariedade, desemprego e pobreza das mulheres

Em 2020 foram destruídos perto de 100 mil postos de trabalho no nosso país, correspondendo a um recuo anual de 2%.

Entre as mulheres o número de postos de trabalho perdidos foi de cerca de 35 mil.

Esta queda interrompe o crescimento que se vinha verificando há seis anos.

As medidas que o Governo implementou como resposta à Covid-19 não foram suficientes nem adequadas para evitar a destruição do emprego e o aumento do desemprego, uma vez que, não só não proibiram os despedimentos, como reduziram os salários e rendimentos a mais de um milhão e quatrocentos mil trabalhadores em todo o país (muitos dos quais mulheres), com repercussões na economia e na sociedade, somando crise à crise.

Os trabalhadores com vínculos precários foram os primeiros a ser despedidos, sendo esta a principal razão para a perda de emprego e para o aumento do desemprego, numa proporção mais elevada que em anos anteriores.

Em 2020 perderam o posto trabalho mais de 136 mil trabalhadores com vínculos precários, 67 mil dos quais mulheres (49% do total), grande parte sem acesso a qualquer prestação de desemprego.

Ainda assim, o trabalho precário aumentou no segundo semestre do ano - embora não retomando o nível anterior à pandemia - devido ao crescimento do falso trabalho independente e de outras formas ainda mais precárias que o contrato a termo (+38%, sendo de 23% o crescimento entre as mulheres trabalhadoras).

No 4º trimestre de 2020 a precariedade medida através dos dados do INE (que subavaliam o seu número real) atingia 710,4 mil trabalhadores, sendo mais de metade mulheres (384 mil).

A precariedade afecta 17,6% do total dos assalariados, sendo sempre superior entre as mulheres trabalhadoras (18,3% face a 16,7% entre os homens) e isto acontece em todas as faixas etárias.

Entre as jovens dos 15 aos 34 anos os vínculos não permanentes ultrapassam os 36%, sendo de 65% entre as menores de 25 anos e perto de 30% no grupo dos 25 aos 34 anos.

Trabalhadores por conta de outrem segundo o tipo de contrato de trabalho							
4.º trimestre de 2020	Sexo	Total	Sem termo	Com termo	Prestação de serviços	Não permanentes	
						Milhares de indivíduos	
Total	HM	4 044,8	3 334,4	582,8	127,6	710,4	17,6
	H	1 948,6	1 622,4	269,3	56,9	326,2	16,7
	M	2 096,1	1 712,0	313,5	70,7	384,2	18,3
15 - 24 anos	HM	237,1	99,4	121,7	16,0	137,7	58,1
	H	134,0	63,4	62,4	8,2	70,6	52,7
	M	103,0	36,0	59,3	7,8	67,1	65,1
25 - 34 anos	HM	838,6	595,2	204,2	39,3	243,5	29,0
	H	406,4	291,6	96,0	18,8	114,8	28,2
	M	432,2	303,6	108,3	20,4	128,7	29,8
35 - 44 anos	HM	1 065,3	907,9	136,7	20,7	157,4	14,8
	H	506,1	447,9	51,0	Nd	51,0	10,1
	M	559,2	459,9	85,7	13,6	99,3	17,8
45 e mais anos	HM	1 903,8	1 732,0	120,1	51,6	171,7	9,0
	H	902,1	819,5	59,9	22,8	82,7	9,2
	M	1 001,7	912,6	60,2	28,9	89,1	8,9

Fonte: Inquérito ao Emprego, INE. Nd: não disponível

Além da instabilidade laboral, com repercussões também na sua vida pessoal e familiar, os vínculos precários têm como consequência salários 20% a 30% mais baixos que os trabalhadores com vínculos permanentes, sendo usados pelo patronato para descer custos salariais e despedir em qualquer altura.

Em 2020 o desemprego real atingiu quase 600 mil trabalhadores, tendo aumentado em mais de 68 mil face a 2019, principalmente entre os homens, já que as consequências da pandemia no emprego e da falta ou insuficiência de medidas de resposta por parte do Governo se têm feito mais sentir sobre eles.

No entanto, o número de mulheres trabalhadoras desempregadas chegou quase aos 318 mil, correspondendo a mais de metade do total do desemprego real (53%) e tendo crescido 25,5 milhares em relação a 2019 (+9%).

O desemprego real inclui o desemprego oficial, acrescido dos inactivos disponíveis mas que não procuraram emprego (categoria onde são incluídos milhares de trabalhadores desempregados, devido aos critérios restritivos de classificação usados, e que cresceu fortemente devido aos confinamentos e suspensão da actividade económica) e dos inactivos indisponíveis.

Juntando os trabalhadores a tempo parcial que estão subempregados porque trabalham menos horas do que desejam, **eram cerca de 752 milhares os trabalhadores desempregados ou subocupados em 2020**, correspondendo a uma taxa de subutilização do trabalho de 13,9%, o dobro da taxa de desemprego oficial e também mais alta que em 2019.

Os jovens e as mulheres são os que têm as percentagens mais elevadas, com taxas de subutilização do trabalho de 39,2% e 15,4%, respectivamente.

Subutilização do trabalho por componente e sexo				
Portugal	Sexo	2019	2020	Variação
		Milhares de indivíduos		2020/2019
				%
Subutilização do trabalho	HM	690,0	751,8	9,0
	H	289,4	336,1	16,1
	M	400,6	415,7	3,8
População desempregada	HM	339,5	350,9	3,4
	H	154,1	170,8	10,8
	M	185,4	180,2	-2,8
Subemprego de trabalhadores a tempo parcial	HM	160,2	153,5	-4,2
	H	51,7	55,4	7,1
	M	108,5	98,1	-9,6
Inactivos à procura de emprego mas não disponíveis	HM	22,8	21,5	-5,7
	H	9,6	8,8	-8,2
	M	13,1	12,6	-3,9
Inactivos disponíveis mas que não procuram emprego	HM	167,5	226,0	34,9
	H	74,0	101,1	36,7
	M	93,6	124,8	33,4
Taxa de desemprego		%		p.p.
	HM	6,5	6,8	0,3
	H	5,8	6,5	0,7
	M	7,1	7,1	-
Taxa de subutilização do trabalho	HM	12,7	13,9	1,2
	H	10,6	12,4	1,8
	M	14,8	15,4	0,6

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

A maioria das trabalhadoras desempregadas não tem acesso a prestações de desemprego.

Pouco mais de um terço o consegue, sendo os valores auferidos, em média, muito baixos, de apenas 503 euros em 2020, significativamente abaixo do limiar da pobreza (540 euros em 2019).

Em 2020, 20,2% das mulheres em Portugal estavam em situação de pobreza ou exclusão social, um valor superior ao dos homens (19,4%), mas em diminuição face a 2015 quando atingiu os 28,1%¹.

O risco de pobreza era particularmente elevado entre as trabalhadoras desempregadas, atingindo 37,6% em 2019 mesmo após as transferências sociais.

Ao contrário do que acontece com outros indicadores relativos à pobreza, os homens desempregados eram mais atingidos pela pobreza do que as mulheres (44,5%), também aqui se verificando um aumento face a anos anteriores.

As mulheres reformadas tinham um risco de pobreza de 17,2%, indicador que atingiu o valor mais elevado desde 2015, e as trabalhadoras de 8,5%, demonstrando que há trabalhadoras que empobrecem a trabalhar devido aos salários muito baixos que auferem.

Comissão para a Igualdade/GES - CGTP-IN

22.02.2021

¹ Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - 2016-2020